

SINDICATO COBRA DA REITORIA RESPEITO AOS ADICIONAIS DE RISCO À SAÚDE

Página 3



AINDA SEM VACINA, SEM JUSTIÇA POR MARIELLE E SEM ORÇAMENTO:

A DIFÍCIL
RETOmada
DA
ESPERANÇA

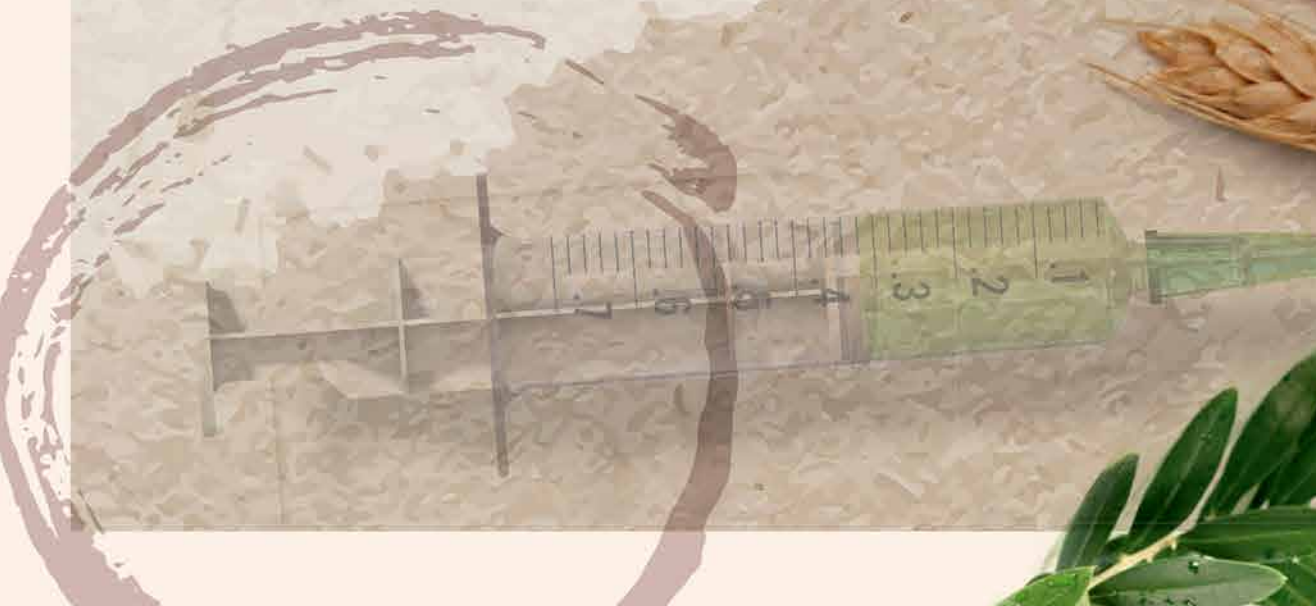
ANA BEATRIZ MAGNO
E ANDRÉ HIPPERTT

Os brasileiros atravessaram mais de mil noites sem saber quem mandou matar a vereadora Marielle Franco, e há nove meses vivem assombrados por uma gestão criminosa da pandemia. A UFRJ se desdobra para decifrar e tratar a covid-19, mas esbarra em restrições orçamentárias.

Na quinta-feira passada, o Conselho Universitário concluiu o debate sobre as despesas de 2021 e o resumo é dramático: está previsto um corte de quase R\$ 64 milhões, o que significa menos 17% dos recursos de 2020.

A comunidade universitária, no entanto, não se rende. Segue produzindo ciência, cultura e resistência. Esta semana, a intensa mobilização de professores, estudantes e técnicos

produziu duas boas novas. Forçou o governo a recuar da medida inconstitucional que obrigava as universidades a retomar as aulas presenciais em janeiro. Outra vitória veio do STF, onde liminar do ministro Edson Fachin determinou que o Executivo respeite as listas tríplices nas eleições para reitores. E assim, o pior ano dos últimos anos vai terminando com um vestígio de esperança que sopra dos laboratórios e do grito popular. Afinal, como dizia Macabéa, personagem fascinante de Clarice Lispector, autora que estudou na UFRJ e que faria 100 anos em 10 de dezembro: “Porque há direito ao grito, então eu grito”.
Páginas 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10



EDITORIAL

MAS HAVERÁ UMA SAÍDA...

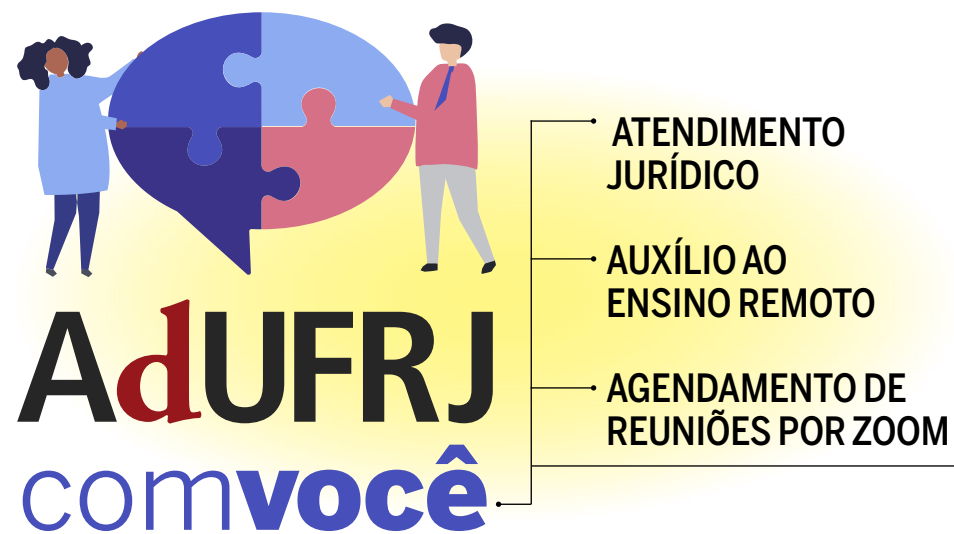
DIRETORIA

Chegamos aos últimos lances de 2020. Até semana que vem, vamos correr contra o tempo, buscando garantir o máximo de soluções para o gigantesco problema em que se transformou este ano atípico. Todos nós, de algum modo, esperávamos que seria possível chegar às festas natalinas com um pouco mais de tranquilidade, menos perdas e mais esperança. Nada mais representativo de nosso estado de desgraça do que estarmos em nossos sofás comemorando a vacina contra a covid-19 sendo dada finalmente numa senhorinha... inglesa de 90 anos. Nas frases tantas vezes repetidas nas redes sociais, o Brasil tem estoque de cloroquina, mas não tem agulha nem seringa, menos ainda um plano de segurança sanitária e cobertura vacinal para apresentar para a sociedade. O ponto de chegada de um governo negacionista e irresponsável nos deixa à deriva, onde todo enfrentamento à pandemia se dá apenas em termos locais, regionais ou parciais. Ou meramente publicitários.

O melhor exemplo desse desconcerto foram as últimas movimentações do

MEC na fracassada tentativa de fazer valer um retorno presencial ainda em janeiro para todas as universidades do país. Para fugir ao completo fracasso e ampla desobediência da “tropa”, o ministro pastor, para não perder o seu rebanho imaginário, refaz a portaria, avança a data de um possível retorno para março e o condiciona às condições sanitárias a serem definidas pelas autoridades locais. E, logo depois, homologa decisão do CNE que autoriza o ensino remoto em todo o território nacional para o ano de 2021.

Em resumo, sem condições de dar as respostas mais urgentes para a sociedade, o governo vai se equilibrando, mas mantém sua pauta de corte de direitos e de economia sobre os salários dos servidores públicos, além do estrangulamento orçamentário das instituições públicas. Embora estejamos no limiar dos recessos do Legislativo e do Judiciário, em âmbito nacional, assim como os conselhos superiores da universidade, não podemos relaxar. Ainda teremos algumas reuniões, respostas que esperamos sobre a insalubridade, decisões a serem tomadas antes que se fechem as cortinas. Estaremos a postos, arrancando um pouco de esperança do que ainda for possível nos próximos dias.



Além das atividades acadêmicas, a atuação sindical também foi desafiada durante a pandemia. E a direção da AdUFRJ agiu com rapidez e criatividade para levar adiante a defesa dos interesses dos professores e da universidade no trabalho remoto.

No fim de março, o sindicato adquiriu duas contas no aplicativo Zoom, de videoconferência, e criou um serviço de agendamento que atende aos filiados durante o necessário período de isolamento social. A ferramenta apoia os docentes que precisam realizar reuniões com mais de 40 minutos — o limite da versão gratuita. Para utilizar o Zoom da associação docente, é preciso preencher um formulário, acessível em bit.ly/agendamentozoom, e conferir a disponibilidade no calendário.

A procura pela Assessoria Jurídica da AdUFRJ também cresceu no período. Para fazer frente a essas

demandas, houve ampliação do Plantão Jurídico. O atendimento virtual às sextas-feiras, que era quinzenal e durava três horas, passou a ser semanal e com quatro horas de duração. Assim, os sindicalizados têm agora plantões jurídicos todas as terças, entre 8h e 11h30, e às sextas, pela manhã ou à tarde, com quatro horas de duração. Para agendar um horário, basta enviar e-mail para atendimentojuridico@adufrrj.org.br ou mensagem de whatsapp para (21) 99808-0672.

Mais recentemente, com o objetivo de amenizar as dificuldades das aulas remotas, os filiados também podem contar com a consultora educacional Cristina Ávila Mendes projeto SOS Remoto. Para dar assistência técnica ao longo do período, Cristina abriu uma sala de Google Classroom (<http://gg.gg/apoiople>).



TEMA DO ÚLTIMO ENCONTRO DO ANO FOI CENÁRIO POLÍTICO PARA 2022

No Tamo Junto que encerrou o ciclo 2020, o professor Josué Medeiros, cientista político e diretor da AdUFRJ, puxou a conversa para falar de eleições. Coordenador do Núcleo de Estudos Sobre a Democracia Brasileira, Josué analisou o cenário político nacional, a partir não só do resultado das urnas no último dia 29, mas projetando as eleições de 2022. E não foi bom o cenário desenhado pelo professor: “Eu não queria, mas estou pessimista”, disse Josué no começo da conversa.

Segundo ele, o resultado das eleições municipais não foi uma derrota de Bolsonaro, porque o presidente não entrou efetivamente na disputa. O voto de direita continua forte, embora tenha se dispersado para 2020. Contudo, Bolsonaro, com máquina federal, tem todas as condições de manter a sua base para 2022. As disputas deste ano servem de alerta para a esquerda, que em muitas cidades ficou disputando entre si, enquanto viu candidatos da direita tradicional irem ao segundo turno. Para Josué, a esquerda tem uma base de 40% dos votos, patamar histórico, e não consegue ir além disso atualmente. “As pessoas perderam a crença de que o campo progressista pode governar”, disse.

Dentro desse cenário, é possível até que a esquerda se una em 2022,

e chegue ao segundo turno, mas, se não expandir sua base de eleitores, provavelmente vai ser derrotada por Bolsonaro, que agregará os votos da direita moderada. “As eleições confirmaram esse quadro”, resumiu.

E o cenário pode piorar. “O esgarçamento do nosso tecido social continua. A inflação dos alimentos é muito forte na base, e o fim do auxílio emergencial vai piorar a situação do ponto de vista social”, falou. A saída não parece tão simples. Josué usou como exemplo as eleições norte-americanas. “O que venceu Trump não foi só o Biden, mas também um enorme movimento civil, que começou com o *Black Lives Matter*”, explicou. “Precisamos produzir algo de baixo pra cima se quisermos mesmo derrotar o bolsonarismo.”

Antes de começar a conversa, a simples presença da professora Lígia Bahia foi o suficiente para um papo sobre as possíveis vacinas contra a covid-19. Especialista em saúde pública, Lígia explicou que a vacina é muito importante, mas a erradicação de algumas doenças depende de uma mudança social. “A sociedade tem que mudar. Erradicamos a varíola, mas foi necessário um enorme esforço para isso”, disse a professora. “Doenças como a tuberculose e o sarampo foram combatidas também com combate à pobreza.”

Insalubridade: AdUFRJ cobra força-tarefa da PR-4

> Em reunião com a reitoria, sindicato apresentou cinco demandas, entre elas não cortar os adicionais de docentes que mudam de lotação ou assumem cargos de chefia ou coordenação de curso

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

A diretoria da AdUFRJ formalizou à reitoria a cobrança por uma solução ágil para os problemas que centenas de professores enfrentam na obtenção dos adicionais de insalubridade, periculosidade ou radiação. Em reunião realizada no último dia 10, o sindicato apresentou cinco reivindicações objetivas à administração central. As solicitações do sindicato atacam falhas do sistema e estão concentradas em cinco pontos:

1. Não cortar os adicionais de docentes que mudam de lotação ou assumem cargo de chefia.
2. Pagar, pelo menos, o percentual mínimo previsto em lei, para todos com reconhecida exposição aos agentes nocivos, mas sem laudo conclusivo por falta de equipamento para as aferições.
3. Implementar o percentual máximo para todos os que desenvolvem trabalhos nos hospitais e, em especial, para os que

atuam no combate à covid-19.

4. Criação de uma força-tarefa na pró-reitoria de Pessoal para garantir agilidade na análise dos processos.

5. Devida orientação aos integrantes do setor sobre as especificidades das atividades docentes.

Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ, disse que o tema preocupa a atual direção há bastante tempo. Há três semanas, o sindicato iniciou um levantamento que, somado a mapeamentos já feitos por professores do Instituto de Química e do campus de Macaé, indica um expressivo percentual de pessoas prejudicadas: 20% das que têm direito aos adicionais não recebem.

Com o início do diálogo com a reitoria na semana passada, o levantamento da AdUFRJ se transformou em um cadastramento, com a solicitação de novos dados, como a matrícula Siape e o número de processo, se houver. O formulário pode ser preenchido em bit.ly/cadastropeloadicional. A expectativa é que as informações possam agilizar a resposta da PR-4.

Assessora jurídica da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano observou que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) tem demonstrado as mesmas dificuldades de infraestrutura para a elaboração dos laudos.

Por outro lado, a instituição adotou uma postura mais favorável aos servidores: quando os peritos verificam que há agentes nocivos no ambiente, mas não podem medir esta exposição, a instituição concede o percentual mínimo de 10%.

Coordenadora de Políticas de Saúde do Trabalhador, Sílvia Jardim afirmou que pretende “mudar a cultura” do setor. “Estamos absolutamente abertos e convocando a comunidade universitária para entrar na CPST”, disse. A dirigente sugeriu a criação de um grupo de trabalho com a CPST e a AdUFRJ para avaliar os casos.

Diretor da Divisão de Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho (DVSST) — responsável pela análise dos pedidos de adicional — desde outubro, Lucas Padilha justificou

um dos principais cortes. “Na questão das transferências, não é a CPST a culpada. É do sistema do governo. Quando há a movimentação, o sistema corta o benefício ligado ao local anterior”, observou. Lucas argumentou, ainda, que o procedimento adotado pela Rural não seria legal, segundo lhe relatou um engenheiro de segurança do trabalho. Diretor da AdUFRJ e professor do Instituto de Bioquímica Médica, Pedro Lagerblad questionou a suposta ilegalidade do procedimento adotado na Rural.

“Se existe o reconhecimento da exposição que, por dificuldade do empregador, não pode ser medida, por que não conceder? É o oposto”, argumentou. O docente também propôs mecanismos que considera mais adequados à aferição de agentes nocivos em atividades acadêmicas, como a descrição de metodologia dos artigos científicos e os documentos que registram os descartes dos laboratórios.

Pedro sugeriu que o cancelamento do benefício por mu-

dança de lotação ou de cargo seja evitado, com a revalidação do parecer anterior. “O perito deveria ser capaz de revalidar o laudo, se a pessoa continua fazendo o mesmo trabalho, no mesmo local. Afinal, é uma mudança sem mudança. A situação já foi objeto de perícia”, disse.

A pró-reitora de Pessoal, Luíza Araújo, se comprometeu a responder ao documento da AdUFRJ o mais rapidamente possível. “Não queria terminar a gestão com esses processos no armário”, disse.

“Sabemos das dificuldades, mas a insatisfação dos professores é generalizada. Caso a universidade não possa dar uma resposta favorável à solicitação feita oficialmente, nós iremos entrar na Justiça”, concluiu Eleonora. A reunião, para a presidente da AdUFRJ, representou um avanço. “Esclareceu o posicionamento da reitoria e apontou para uma solução, administrativa ou judicial. E não mais de um ou outro caso isolado. Mas por uma ação coletiva. Ou por ações coletivas, em bloco de problemas”, completou.

SEM EQUIPAMENTOS, CPST TEM REDUZIDA EQUIPE PARA FAZER TODOS OS LAUDOS DA UFRJ

A asfixia financeira que o governo impõe às universidades não afeta somente as atividades acadêmicas, mas a vida funcional dos professores e técnicos-administrativos. Na UFRJ, a Divisão de Vigilância em Saúde e Segurança do Trabalho (DVSST) é um exemplo claro dos efeitos desta política. A equipe reduzida e sem

equipamentos não dá conta da demanda pela emissão de laudos para a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade e radiação. A direção do setor estima que mais de mil processos estejam parados. A identificação destes casos — quantos são de docentes e quantos são de técnicos — está em andamento. “Temos cinco engenheiros do

trabalho, apenas um médico do trabalho, quatro administrativos, 16 técnicos de segurança do trabalho e cinco físicos”, afirma o diretor da DVSST, Lucas Padilha, que assumiu o cargo em outubro. “Precisaríamos contratar cinco engenheiros e cinco médicos para fazer um trabalho mais confortável. E mais dois físicos para repor perdas recen-

tes”, completou. A pandemia complicou ainda mais a situação. Os trabalhadores em grupo de risco não podem mais atuar em campo. Ou seja, há menos três engenheiros e o único médico.

A avaliação dos locais de trabalho também é prejudicada pela ausência dos mais variados equipamentos: desde medidores de ruído e detectores de

gases até câmaras ionizantes (para detecção de radiação). “Já pedi, mas não há dotação orçamentária”, disse Lucas. O diretor da DVSST, que é físico e professor das Faculdades Souza Marques, usa sua própria câmara ionizante, um dispositivo que custa R\$ 30 mil, para fazer as medições na UFRJ.

AUMENTA TENSÃO ENTRE DIRETORES E PRÓ-REITORIA DE PESSOAL

A Pró-reitoria de pessoal chega a dezembro despertando mais uma insatisfação nos servidores. Em documento enviado aos diretores de unidade no dia 4 de dezembro, a PR-4 solicitou informações sobre servidores que receberam o auxílio-transporte, adicionais ocupacionais e/ou serviço extraordinário, nos meses de maio e junho de 2020.

O pedido atende ao ofício nº 11316/2020, da Controladoria Geral da União (CGU), que exigiu a apuração imediata dos casos. O documento contém a relação de 2.650 servidores divididos por 86 setores/Unidades, e pede justificativas para o lan-

çamento de frequência regular nos meses citados, mediante o preenchimento de uma planilha e a apresentação de documentação comprobatória.

O ofício da CGU data de 14 de julho, e demandava a resposta da UFRJ até o dia 7 de agosto. No entanto, o documento foi extraviado. Após duas prorrogações, a PR-4 aguardará pelas respostas das unidades até o dia 18 de dezembro. Em nota, a direção do Sintufrrj cobrou explicações da pró-reitoria. “A nossa expectativa é que a PR-4 dê uma orientação unificada e institucional, para que as respostas sejam dadas na linha da

resolução do Consuni, que delibrou a organização do trabalho remoto ao longo da pandemia”, ponderou Neuza Luzia, coordenadora geral do sindicato.

Com o objetivo de esclarecer o tema, a PR-4 debateu o assunto em uma reunião no dia 11 com os diretores, decanos e chefes de DP, mas o clima foi tenso. “O documento original por algum motivo foi extraviado, e no dia 30 de novembro nós recebemos a reiteração da solicitação por e-mail, com o mesmo ofício”, explicou Luzia Araújo, pró-reitora da PR-4. Ela descreveu a origem do processo.

“A CGU observou a persistên-

cia das referidas rubricas de frequência nos meses de maio e junho, o que significa que as nossas folhas de frequência já têm sido auditadas há algum tempo”.

Muitos questionaram por que não foi dada uma resposta unificada por parte da administração central. “O que a PR-4 entende como pagamento indevido, uma vez que nos baseamos todos na decisão do Consuni?”, perguntou uma professora pelo chat da reunião. “A PR-4 não tem condição de dizer se um determinado lançamento de frequência foi por um erro, ou se a pessoa realmente

estava em frequência integral. Esses erros de lançamento são comuns, e nós não temos outra maneira de identificá-los”, afirmou Maria Tereza Ramos, superintendente administrativa da PR-4.

Outra reunião será marcada ainda antes do dia 18, para dar continuidade ao debate e esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio das respostas. “Em conversa com a CGU, foi solicitado que esse encaminhamento das respostas aconteça tão logo elas sejam produzidas, sem a necessidade de aguardar por todas”, afirmou a pró-reitora Luzia Araújo. (Kim Queiroz)

FOTO DA SEMANA



A PRIMEIRA DA FILA

A cena de uma senhorinha de 90 anos recebendo a primeira dose da vacina contra o coronavírus em um hospital de Coventry, região central da Inglaterra, na terça-feira (8), encheu o mundo de esperança. Margaret Keenan, que fará 91 anos na próxima semana, foi a primeira cidadã do Reino Unido a ser imunizada, e expressou um desejo tão simples quanto sublime: “Sinto-me muito privilegiada por ser a primeira pessoa vacinada contra a covid-19. É o melhor presente de aniversário antecipado que eu poderia desejar”.

STF decide que presidente deve seguir lista tríplice

> Mobilização da comunidade acadêmica levou Supremo a determinar que Bolsonaro e o MEC se atenham a nomes que compõem as listas indicadas pelas instituições federais de ensino

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Diante de um cenário de tantos ataques às universidades federais, uma boa notícia surge do gabinete do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal. Ele determinou na última quinta-feira, dia 10, que o presidente Jair Bolsonaro siga a lista tríplice para nomeação de reitores das universidades federais. A decisão foi publicada um dia depois de uma reunião entre Fachin e quatro reitoras e que desrespeitaram as listas tríplices.

A liminar responde à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 759, de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na qual o Andes ingressou como *amicus curiae*. Trecho da sentença de Fachin exige que os escolhidos tenham recebido votos nos colégios eleitorais das instituições de ensino. Por incrível que pareça, o MEC já nomeou reitores sem qualquer voto do colégio eleitoral, como ocorreu na Universidade Federal da Paraíba. A determinação foi encaminhada para ser referendada pelo plenário virtual do STF.

A ADPF também pedia a anulação de todas as nomeações realizadas que não seguem o

primeiro nome da lista, ou seja, o mais votado na comunidade local. O pedido não foi acatado. Desde que assumiu o governo, Bolsonaro inaugurou uma tradição de desrespeitar as decisões das universidades, numa clara afronta à autonomia universitária. Em novembro, o ministro Fachin já tinha pedido esclarecimentos ao presidente da República sobre o processo de nomeação de dirigentes das universidades.

Sob o governo Bolsonaro, 18 instituições federais já sofreram intervenção. Os casos vão desde a nomeação de últimos colocados na lista tríplice, até a posse de pessoas de fora da comunidade acadêmica. Em cinco instituições os reitores escolhidos não faziam parte da lista: Univasf, IFRN, UFGD, Cefet-RJ e UFS. Veja no quadro a situação detalhada de cada instituição.

Para Gustavo Balduino, secretário executivo da Andifes, a associação de reitores, a decisão caminha na direção do respeito às instituições de ensino, mas não celebrou a medida. “Seguimos acompanhando o desenrolar desta questão. A posição da Andifes é de defender a autonomia universitária”, afirma.

A presidente do Andes, professora Rivânia Moura, disse que a determinação do ministro é uma vitória parcial. “O ministro Fachin não interfere nas nomeações que foram realizadas an-

INTERVENTÔMETRO

✗ (18)
SOFRERAM INTERVENÇÃO:
Nomeado o 2º colocado:
UFES – UFTM – UFSC – UFPI

Nomeado o 3º colocado:
Unifesspa – UNIFEI – UFRGS – UFFS – UFRB – UFC – UFERSA – UFVJM – UFPA

Nomeado não participou do processo:
UNIVASF – IFRN – UFGD

Nomeado de fora: CEFET-RJ

(1)
Designada reitora *pro tempore*: UFS

(1)
CASO SINGULAR: UNIRIO – nomeado não participou da consulta, mas venceu no Colégio Eleitoral

(?) (6)
AGUARDAM DECISÃO DO PRESIDENTE:
UFSCAR – IF FARROUPILHA – IF NORTE DE MINAS GERAIS – IF RORAIMA – UFPEI – UFRJ

teriormente. E não há uma indicação de ordem dos candidatos, o que pode abrir espaço para a nomeação de qualquer um da lista tríplice”, explica. “Inclusive não há indicação de revogar ou impugnar a nomeação de pessoas que não tiveram nenhum voto”, pontua a dirigente.

A professora considera importante manter a pressão em defesa da autonomia universitária. “O julgamento da matéria acontecerá na próxima semana, por isso precisamos acompanhar e manter a pressão para

garantir que o mais votado pela comunidade acadêmica seja o nomeado”, diz. “Todos os pontos que não foram contemplados na liminar serão tratados no julgamento da matéria”.

Nesta semana, algumas ações foram realizadas pelo Andes e pelas universidades cujos reitores eleitos não foram nomeados. Dentre elas, uma plenária na sede da Associação de Docentes da UnB (Adumb) e uma atividade no MEC. O objetivo era conseguir uma reunião com o ministro da Educação, Milton

Ribeiro. O titular da pasta, no entanto, não recebeu os reitores eleitos nem agendou um encontro. “O que é lamentável, porque o ministro já recebeu inclusive esta semana mantenedoras e reitores de universidades privadas. Não receber os reitores eleitos é um desrespeito com as universidades e os institutos federais”, critica a professora Rivânia. A presidência da OAB, entidade autora da arguição, afirmou que no momento não vai comentar a decisão do ministro Fachin.



MEC RECUA DUAS VEZES EM CINCO DIAS

O Ministério da Educação recuou duas vezes em cinco dias. Em 7 de dezembro, após diversas manifestações de repúdio da comunidade acadêmica, o ministro Milton Ribeiro adiou a data de retorno das aulas presenciais nas universidades do dia 4 de janeiro para 1º de março. Quarenta e oito horas depois, o MEC também homologou uma resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que autoriza as atividades remotas em escolas e universidades por tempo indeterminado. A flexibilização atende ao pedido de representantes das instituições de ensino do setor público e privado, que se reuniram com o ministro no dia 4 para debater a questão.

“Essa nova portaria é uma tentativa de não passar vexame, porque a primeira foi fortemente rechaçada pelo conjunto da

universidade de forma muito firme e ágil”, descreve Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ. A professora reforça que já existe um estudo em desenvolvimento sobre como e quando realizar esse retorno, e que cabe ao MEC responder às questões orçamentárias de realização desse processo. “O MEC, covardemente, não apenas deixa de responder isso, como também se esconde atrás de um projeto de lei orçamentária vergonhoso, que leva as universidades ao estrangulamento e à paralisação das suas atividades”, critica.

Carlos Frederico Leão Rocha, vice-reitor da UFRJ, destaca que a portaria anterior previa o uso de recursos digitais e tecnológicos apenas de forma “complementar”, palavra que foi omitida no novo texto. “Isso é bastante relevante, porque de acordo com a outra portaria nós

só poderíamos usar as formas de ensino a distância de uma maneira excepcional, mas a atual situação sanitária do Rio de Janeiro deve ser entendida como tal”, comenta.

Na nova portaria, o MEC autoriza o uso das ferramentas de ensino remoto de forma integral nos casos de suspensão das atividades presenciais por determinação das autoridades locais, ou de condições sanitárias que tragam riscos à saúde. “Nós temos salas de aula em subsolos, com condições de ventilação precárias, apenas com ar-condicionado”, lembra o vice-reitor. “E já foi verificado que, nessas condições, a existência de indivíduos infectados pode gerar um surto entre os participantes da aula. Então, mesmo com taxas baixas de contaminação, essas salas não poderão ser usadas”, completa.

Segundo ele, é compreensível a ansiedade da população e do governo para o retorno presencial, mas é preciso uma análise criteriosa das condições.

“O retorno presencial é vinculado com critérios técnico-científicos. Quando nós tivermos uma transmissão de baixo risco da doença, esse retorno pode ser pensado”, aponta a professora Fátima Bruno, integrante do GT Pós-Pandemia da UFRJ. Superintendente de Planejamento Institucional, ela relata o mapeamento que está sendo realizado dos espaços da universidade, para que sejam feitas as respectivas classificações e indicações de EPI necessários. “Ainda estamos esperando o retorno de todos os centros e campi com essas informações. Qualquer decisão que a reitoria tomar levará em consideração as condições sanitárias e, princi-

palmente, o avanço da ciência”.

FRENTE PARLAMENTAR

A deputada federal Margarida Salomão, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Federais, entende a nova portaria como um ato de ignorância do governo. “Em termos formais, ela não tem impacto nenhum, porque se os Conselhos Universitários deliberarem por uma outra alternativa, a portaria é simplesmente vazia de efeitos”, aponta. Prefeita eleita em Juiz de Fora, Margarida ressalta que as universidades devem proceder com autonomia para essa tomada de decisão, em conformidade com a ciência. “Os dados que nós temos no mundo mostram que o retorno presencial sem vacina sempre acarreta uma aceleração da pandemia”. (Kim Queiroz)

Com críticas ao governo, Consuni aprova orçamento

> Reitoria promete que não haverá diminuição de bolsas de assistência estudantil, se houver necessidade de ajuste nos números, ao longo do próximo ano. Sessão também votou calendário 2021 da pós

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

O Conselho Universitário do dia 10 aprovou, sem alterações, a proposta orçamentária da reitoria para 2021. O documento prevê que a UFRJ gaste R\$ 383,7 milhões em 2021. Um valor que supera em R\$ 73,2 milhões o previsto no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), ainda em tramitação no Congresso Nacional.

A justificativa da proposta deficitária, conforme divulgada na edição anterior do *Jornal da AdUFRJ*, é que os R\$ 310,5 milhões seriam insuficientes para o funcionamento mínimo da instituição no próximo ano.

A indignação com os valores destinados à UFRJ pelo governo marcou o debate entre os conselheiros. “Um orçamento que equivale ao de dez anos atrás, com todos os compromissos e responsabilidades de 2021”, criticou um dos representantes técnicos-administrativos e ex-pró-reitor de Planejamento e Finanças, Roberto Gambine.

Decano do Centro de Tecnologia, o professor Walter Suemitsu cobrou ações de pressão nos parlamentares para aumentar o orçamento da UFRJ. “É o que resta no momento. Deveríamos usar nossas mídias para que este protesto alcance a opinião pública”, disse.

Alguns conselheiros manifestaram preocupação com a verba da assistência estudantil e questionaram a possibilidade de ajuste interno. “Vemos o desemprego crescendo. A maioria dos estudantes no mercado informal para conseguirem se manter na universidade. Essa restrição orçamentária dificulta

ainda mais para quem depende da assistência estudantil”, afirmou a representante estudantil Lindalva dos Anjos.

Pró-reitor de Planejamento e Finanças, o professor Eduardo Raupp alertou para a gravidade da situação. “A diferença para anos anteriores é que não se trata aqui de um contingenciamento, de um recurso que ficará suspenso. É um corte”. E o pior, explicou o dirigente, é que isso ocorre durante uma pandemia, quando a universidade deveria ter um orçamento muito maior para acolher a comunidade acadêmica com os devidos cuidados. “Temos de fazer um trabalho político ainda mais intenso para tentar reverter isso no Congresso Nacional”, completou.

Raupp esclareceu que o governo fez um corte linear em todas as rubricas, incluindo a de assistência estudantil. Mas prometeu que não haverá redução de bolsas. “O ajuste, se necessário, será feito no que estava previsto para investimento, como reformas ou compra de equipamentos, o que já seria péssimo”. O dirigente observou que recompor as verbas da assistência estudantil retirando de outras ações, poderia implicar na diminuição do funcionamento dos hospitais ou demissão de funcionários terceirizados, por exemplo. “É importante que a gente não abra uma disputa fratricida entre nós”, concluiu.

CALENDRÁRIOS

O calendário letivo de 2021 começa em 3 de maio para a pós-graduação da UFRJ — nesta data, os cursos de graduação estarão ainda no segundo período de 2020. E o descompasso deve prosseguir até março de 2022.

NOTAS

CCJE LANÇA REVISTA COM HOMENAGEM A CLARICE, CONCEIÇÃO E LESSA

O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) lançou a revista acadêmica *Versus*, no último dia 10. A edição presta homenagens especiais à professora Maria da Conceição Tavares, ao ex-reitor Carlos Lessa — que faleceu em junho deste ano —, e para a escritora Clarice Lispector (1920-1977), aluna da Faculdade Nacional de Direito de 1939 a 1943. A escritora, que nasceu em 10 de dezembro, completaria 100 anos em 2020. A produção da revista contou com a colaboração da AdUFRJ que cedeu a jornalista Elisa Monteiro para a equipe de criação da publicação.



CALENDRÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO 2021

I – Para os alunos dos cursos organizados em dois períodos letivos (regime semestral):

a) Primeiro período letivo: de 3 de maio de 2021 a 4 de setembro de 2021.

b) Segundo período letivo: de 27 de setembro de 2021 a 5 de fevereiro de 2022.

II – Para os alunos dos cursos organizados em quatro períodos letivos (regime bimestral):

a) Primeiro período letivo: de 3 de maio de 2021 a 3 de julho de 2021.

b) Segundo período letivo: de 12 de julho de 2021 a 11 de setembro de 2021.

c) Terceiro período letivo: de 20 de setembro de 2021 a 20 de novembro de 2021.

d) Quarto período letivo: de 29 de novembro de 2021 a 5 de fevereiro de 2022.

III – Para os alunos dos cursos organizados em quatro períodos letivos (regime trimestral):

a) Primeiro período letivo: de



3 de maio de 2021 a 31 de julho de 2021.

b) Segundo período letivo: de 9 de agosto de 2021 a 6 de novembro de 2021.

c) Terceiro período letivo: de 16 de novembro de 2021 a 26 de fevereiro de 2022.

d) Quarto período letivo: sem atividades acadêmicas.

IV – Alternativa ao calendário trimestral, quando há necessidade de atividades acadêmicas:

a) Primeiro período letivo: de

O Consuni definiu as datas de início e fim dos períodos para todos os formatos de organização dos programas (bimestral, trimestrais ou semestral). Confira no quadro acima.

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, a professora Denise

Freire explicou a proposta. “Fizemos uma matemática de datas. Infelizmente, não é possível sincronizar com a graduação. Esperamos que esta sincronização ocorra em 2022”, disse. A pós começou as aulas dois meses antes.

micas no quarto trimestre:

a) Primeiro período letivo: de 3 de maio de 2021 a 17 de julho de 2021.

b) Segundo período letivo: de 26 de julho de 2021 a 2 de outubro de 2021.

c) Terceiro período letivo: de 11 e outubro de 2021 a 23 e dezembro de 2021.

d) Quarto período letivo: de 3 de janeiro de 2022 a 26 de fevereiro de 2022

O calendário da graduação de 2020.1 também recebeu um ajuste. O recesso acadêmico, previsto inicialmente para o período de 26 de dezembro a 1º de janeiro, foi ampliado. Agora, será do dia 24 de dezembro a 2 de janeiro.

NASCE O INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO

Em sessão especial na última quinta-feira, o Consuni votou a criação do Instituto de Computação. A medida representa a transformação do Departamento de Ciência da Computação, vinculado ao Instituto de Matemática, em unidade autônoma. Uma “evolução natural coerente com a relevância de seu campo de conhecimento”, segundo trecho do parecer das três comissões permanentes do Consuni. O próximo passo será a aprovação de um regimento próprio.

PELA DEMOCRACIA

Os conselheiros votaram três moções na última reunião do Consuni. A primeira, em solidariedade ao professor Ricardo Henry Dias Rohm e ao Núcleo de Pesquisa em Administração da FACC, que sofreram ataques preconceituosos durante a transmissão do webinar “Gestão da Diversidade Sexual: Responsabilidade Social Corporativa ou Gestão da Imagem?”, no dia 13 de novembro. O texto também cobra a investigação e responsabilização dos autores dos ataques. A segunda moção repudiou os contínuos cortes de bolsas do CNPq. A terceira prometeu contra a possibilidade de o governo transformar o Museu do Meio Ambiente, no Jardim Botânico, em um hotel-boutique.

Corrida pela vacinação avança em ritmo acelerado

> Semana trouxe progressos na luta contra a covid-19, com início da imunização no Reino Unido. Especialistas avaliam os desafios logísticos e analisam qual seria a melhor vacina para o Brasil

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

A pandemia do novo coronavírus já registra quase 1,6 milhão de mortos em todo o mundo, 180 mil deles no Brasil, e dá sinais de recrudescimento em vários países. Nesse cenário sombrio, um fio de esperança veio esta semana: o Reino Unido começou a imunizar sua população com a vacina da farmacêutica norte-americana Pfizer, desenvolvida em parceria com a empresa alemã BioNTech.

Por aqui, o início da vacinação é uma incógnita e ganhou

contornos políticos. O governo de São Paulo anunciou um calendário de imunização a partir de 25 de janeiro, com a vacina CoronaVac, que já está sendo produzida no Instituto Butantan. Por sua vez, o Ministério da Saúde, que não apresentou calendário, abriu negociação para a compra de 70 milhões de doses da vacina da Pfizer/BioNTech. Nenhum imunizante recebeu o aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cujos técnicos divulgaram na sexta-feira (11) uma carta aberta em que rechaçam interferências políticas no órgão: “O trabalho técnico está acima de qualquer pressão”, diz o documento.

Mais de 150 vacinas estão em testes em todo o mundo. Duas já

estão aprovadas para uso. Além da Pfizer/BioNTech, em uso no Reino Unido, a russa Sputnik V começou a ser aplicada em trabalhadores de Moscou no dia 5 de dezembro, mesmo sem ter concluído a fase 3 de testes. No Brasil, quatro estão sendo testadas: a de Oxford, a CoronaVac, a Pfizer/BioNTech e a Janssen-Cilag, produzida pela Johnson&Johnson.

“Em geral, o desenvolvimento de uma vacina envolve várias etapas e tradicionalmente leva cerca de 15 anos até a produção em larga escala”, destaca o professor Marcelo Bozza, do Instituto de Microbiologia da UFRJ. “Em função das características emergenciais impostas pela

pandemia, o desenvolvimento

de vacinas para o SARS-Cov-2 está ocorrendo em tempo recorde”, analisa.

Ligia Bahia, professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ, entende que a melhor vacina para o país seria a de dose única. “Entretanto, as mais avançadas precisam de duas doses. Isto exige um sistema logístico, de convocação das pessoas, uma ampla campanha”, comenta. “Precisa marcar data, monitorar quem já se vacinou e montar planos para pessoas que trabalham à noite, quando os postos de saúde estão fechados”, exemplifica a pesquisadora.

Outro desafio apontado pela docente é a conservação da vacina. O governo brasileiro financia a vacina de Oxford, que

será produzida na Fiocruz, e anunciou esta semana o interesse na vacina da Pfizer/BioNTech, que deve ser armazenada a -70°C. “É preciso um acordo com o fabricante para que sejam propiciadas as condições de armazenamento e transporte para todas as regiões do país”, avalia Ligia. “Essa característica da Pfizer é um dificultador, mas não impossibilita a aquisição. O Brasil tem larga experiência em cadeia de frios (como é chamada a rede de equipamentos para armazenamento e transporte de vacinas)”, destaca.

No plano nacional, se tudo correr bem, duas vacinas deverão estar à disposição até março: a de Oxford e a da Pfizer/BioNTech. Além delas, a chinesa

imunização das populações, muitas só acessadas por barquinhos, com dias de deslocamento por rios. Nós fazemos isso com excelência”.

COMO SE DESENVOLVE UMA VACINA

O estudo de uma vacina é dividido em diversas etapas, que vão desde a fase exploratória ou laboratorial, quando ainda são avaliados os componentes e estudadas as características de entrada do vírus nas células humanas; passam pela fase pré-clínica, em que os testes são realizados em animais; e pela fase clínica. Esta, por sua vez, se divide nas fases 1, 2 e 3. A partir da fase 3, os resultados são enviados para a agência reguladora responsável pela liberação. Finalizada a última fase com sucesso, há o licenciamento do imunizante para uso.

“A escolha do principal alvo da grande maioria das vacinas, a proteína Spike, bem como a redução ou a eliminação de estudos pré-clínicos, se basearam nos conhecimentos obtidos com SARS-Cov e MERS”, explica o

professor Marcelo Bozza. Os vírus foram responsáveis por epidemias respiratórias nos anos de 2003 e 2012, na Ásia e no Oriente Médio, respectivamente. “As fases clínicas no desenvolvimento de vacinas são fundamentais para o estabelecimento da segurança e da eficácia. Muitas das instituições com vacinas em teste para SARS-Cov-2 têm realizado as diferentes fases clínicas de maneira sobreposta, o que também tem permitido a redução no tempo de desenvolvimento e licenciamento”, pontua o docente.

CONHECIMENTO E FINANCIAMENTO

Segundo o professor Herbert Guedes, do Instituto de Microbiologia, o sucesso das vacinas contra a covid-19 se deve a distintos fatores. Especialista em imunologia e vacinologia, ele afirma que o conhecimento acumulado e o financiamento são fundamentais. “Tínhamos plataformas já estabelecidas para produção de vacinas, estudadas e sedimentadas durante décadas, e plataformas em

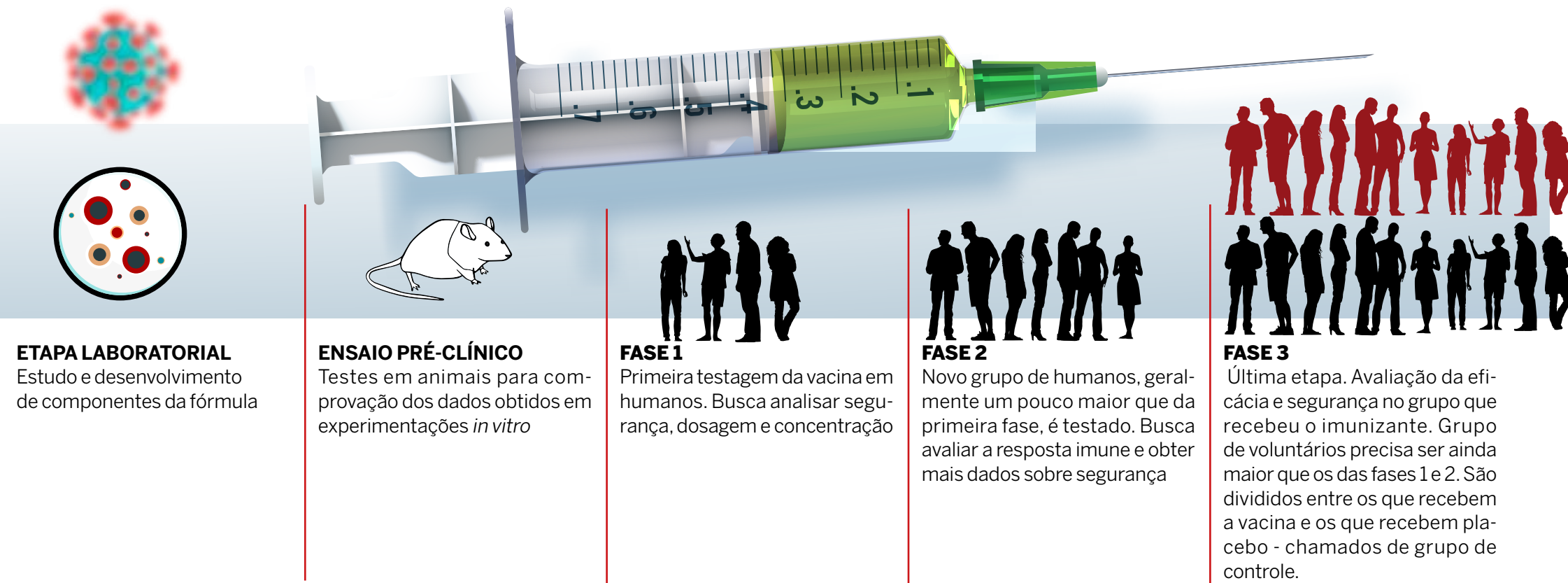
desenvolvimento já há algum tempo, por ocasião do surto de SARS, sobretudo”, diz. “O segundo ponto é o investimento mundial, de bilhões, focalizado no problema. Sem investimento,

não se faz pesquisa”, analisa. O fenômeno é bastante diferente do que ocorre com o financiamento de estudos das chamadas “doenças negligenciadas”, como a de Chagas, a hanseníase, a leishmaniose e a malária, entre outras. “Como muitas dessas doenças acontecem em regiões ou países específicos, uma grande empresa privada acaba não tendo interesse em financiar o estudo. É preciso que os governos locais tenham vontade política para fazer parcerias e invistam alto, o que dificilmente acontece”, afirma.

A própria estrutura dos organismos pode dificultar o desenvolvimento de imunizantes. “Temos larga experiência em desenvolver vacinas para vírus, temos boas vacinas para bactérias, mas não temos para protozoários, por exemplo. E mesmo em relação a vírus, ainda não conseguimos uma vacina para o HIV. Há organismos mais complexos e outros mais fáceis de predizer. E aqui, novamente, entram o conhecimento acumulado e o investimento na área, que são fundamentais”.



AS ETAPAS DE UMA VACINA



AS DIFERENÇAS ENTRE AS VACINAS

PFIZER/BIOTECH	SINOVAC (CORONAVAC)	OXFORD/ASTRAZENECA	JOHNSON & JOHNSON	MODERNA	SPUTNIK V
■ 95% de eficácia	■ Dados de eficácia devem ser divulgados em janeiro	■ 70% de eficácia	■ Dados de eficácia devem ser divulgados em janeiro	■ 94,5% de eficácia	■ 92,5% de eficácia, em resultados preliminares
■ 2 doses, com intervalo de 21 dias	■ 2 doses, com intervalo de 14 dias	■ 2 doses, com intervalo de 4 semanas	■ Dose única	■ 2 doses, com intervalo de 28 dias	■ 2 doses, com intervalo de 21 dias
■ Testada no Brasil	■ Testada no Brasil	■ Testada no Brasil	■ Testada no Brasil	-	-
■ Precisa ser armazenada a -70°C	■ Não exige condições especiais de armazenamento	■ Não exige condições especiais de armazenamento	■ Não exige condições especiais de armazenamento	-	-
■ Desenvolvida com RNA mensageiro, ou mRNA.	■ Utiliza o SARS-COV-2 inativo	■ Utiliza vírus comum misturado a uma parte do código genético do novo coronavírus	■ Composta por um vetor de adenovírus tipo 26 (Ad26), construído para codificar a proteína S do novo coronavírus	■ Desenvolvida com RNA mensageiro, ou mRNA	■ Utiliza vetores virais que causam o resfriado comum: adenovírus humanos Ad5 e Ad26
■ Licenciada no Reino Unido, apresentou algumas reações alérgicas graves na primeira semana de uso Evento adverso mais comum: fadiga	■ Será produzida também pelo Instituto Butantan, em São Paulo	■ Será produzida também pela Fiocruz, no Rio de Janeiro		■ Fabricante pediu autorização emergencial da vacina nos EUA	■ Aplicada desde novembro na Rússia Previsto o início de testes da fase com voluntários no Paraná ainda este mês

UFRJ DESCOBRE DIFERENTES LINHAGENS DO VÍRUS

LUCAS ABREU
lucas@adufjr.org.br

Uma pesquisa do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (Nupem), em conjunto com o Instituto de Biologia da UFRJ, identificou quatro linhagens diferentes do coronavírus na cidade de Macaé, no Norte Fluminense. No curto prazo, a descoberta pode ajudar a elaborar testes de detecção mais precisos. No médio prazo, a identificação das linhagens contribuirá para a criação de vacinas e tratamentos mais eficazes contra a covid-19.

Para sequenciar o genoma dos vírus foi utilizada pela primeira vez na UFRJ o sequenciador por-

tátil *Oxford Nanopore*, comprado no início do ano e cedido pelo Laboratório de Biodiversidade Genômica da universidade.

Em convênio com a prefeitura do município, órgãos públicos e empresas privadas, a UFRJ é responsável pela testagem para covid-19 em Macaé, o que propiciou o material para a pesquisa. Desde abril, já foram feitos mais de 12 mil exames na cidade. “Nós não queríamos só testar, mas também entender a distribuição da covid-19 no município. Sequenciamos 96 genomas. Em abril tínhamos uma única linhagem presente em Macaé. Hoje são duas, mas já foram quatro linhagens em circulação”, contou

o professor Rodrigo Nunes da Fonseca, coordenador do trabalho e diretor do Nupem.

A intenção é fazer um monitoramento de linhagens do vírus, aproveitando o perfil socioeconômico de Macaé, fortemente ligado à indústria do petróleo e com intenso fluxo de pessoas de diferentes lugares do mundo. “Esse procedimento de saber quais vírus estão circulando é utilizado em países que estão controlando bem a pandemia, como a Nova Zelândia”, destacou Rodrigo. A identificação de linhagens segue uma nomenclatura padrão e fica disponível em bancos de dados na internet. “Todo mundo que sequencia

vírus divulga essas informações, então você sabe quando surgiram determinadas linhagens ao longo do tempo”, detalhou.

Todos os exames passam por uma triagem feita pelos médicos da prefeitura. Com isso, o grupo consegue mapear o número de casos na cidade, a localização de cada um e ter a ficha médica do paciente testado, verificando se ele manifestou sintomas, e com qual intensidade, e se veio a falecer. “Estamos analisando essas sintomatologias para saber se existe uma correlação entre o quadro clínico e a linhagem do vírus”, disse o coordenador. Os 96 genomas foram escolhidos considerando

o grau de severidade da doença nos pacientes e a distribuição espacial dos casos pela cidade.

De acordo com o pesquisador, as mutações entre as linhagens podem ter consequências para a testagem. “Se as mutações acontecem na região do RNA do vírus que utilizamos para fazer o teste, podemos ter um aumento de falsos negativos”, explicou o professor, reiterando a importância do monitoramento dos genomas. Essa é uma aplicação prática de curto prazo proporcionada pelo mapeamento. Futuramente, vacinas poderão ser ajustadas para mais eficácia contra determinadas linhagens do vírus.

Rodrigo Nunes da Fonseca celebra o trabalho conjunto dos professores do Nupem e o apoio que recebeu do Instituto de Biologia da UFRJ, especialmente dos laboratórios de Virologia Molecular e de Biodiversidade Genômica, coordenados respectivamente por Amílcar Tanuri e Cristiano Lazoski. “A dedicação e o empenho de todos mostram o apreço que todos têm pela vida e pela missão social que a universidade tem”.

O professor Cristiano Lazoski, coordenador do Laboratório de Biodiversidade Genômica, ajudou a preparar a equipe do Nupem para operar o *Oxford Nanopore*, equipamento utilizado na

pesquisa, e a preparar as amostras para o sequenciamento. “Eu fiquei muito feliz que o equipamento tenha sido utilizado pela primeira vez em uma pesquisa dessa importância”, celebrou Cristiano, destacando que todo o processo foi feito em Macaé. “Eu queria que tudo fosse feito lá, porque a gente tem que dar apoio à universidade como um todo”, disse o professor.

Bruno Rodrigues é tecnólogo do Nupem e um dos responsáveis por estar à frente das testagens. “Eu conhecia a parte teórica, mas foram meses de estudos prévios para colocar o sequenciador em operação”, relatou Bruno. Desde a fase de

testagem, a rotina de trabalho do grupo é intensa. “Chegávamos sete da manhã ao laboratório, e não era incomum sairmos de madrugada”, contou. Bruno é doutorando na UFRJ, mas em uma área diferente da Biologia. Para ele, trabalhar no combate à pandemia foi gratificante. “Eu tenho orgulho de poder ajudar a população. Essa é a ciência mais imediatista, do ponto de vista prático, que eu já pratiquei”.

O pesquisador Lupis Ribeiro faz pós-doutorado no Nupem. Por ter experiência com genomas e atuar na área de Biologia Molecular, aceitou fazer parte da equipe coordenada pelo professor Rodrigo. Lupis atua dire-

tamente nas etapas de preparação para o sequenciamento, quando o material genético do vírus precisa ser convertido de RNA para DNA, procedimento chamado de “reação de transcrição reversa”. Para Lupis, a pesquisa também está sendo uma experiência gratificante. “É uma coisa que inspira a gente, né? Estou acostumado a fazer uma ciência um pouco mais distante da sociedade. Mas agora estou trabalhando em algo que favorece diretamente a população”, refletiu.

A junção de talentos diversos é um dos pilares do sucesso da pesquisa. “A gente conseguiu agregar nesse projeto até pes-

soas que nunca trabalharam com Biologia Molecular na vida”, contou o professor Jackson Menezes, responsável pela emissão dos laudos dos testes de covid-19 e integrante do grupo desde a origem. “Por trás desses testes e do sequenciamento há um trabalho de manutenção e limpeza dos laboratórios, que foi feito voluntariamente por colegas pesquisadores”, destacou. Segundo Jackson, a união da equipe foi fundamental para o sucesso do projeto: “O grupo tinha a dupla missão de prestar um serviço à sociedade e de produzir conhecimento”, pontuou ele, que também é diretor da UFRJ.



#1.000DIASSEM MARIELLE
#1.000DIASSEM RESPOSTA

Os assassinatos da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes completaram mil dias na terça-feira (8). Acusados como executores, o policial militar da reserva Ronnie Lessa e o ex-PM Élcio Vieira de Queiroz aguardam julgamento em um presídio em Rondônia. Seguem sem resposta duas perguntas. Quem mandou matar Marielle? E por quê? Uma coisa é certa: a morte da vereadora amplificou a luta pelos direitos humanos no Brasil. E isso os algozes de Marielle não poderão calar.



UMA DOR QUE NUNCA PASSA



> Quase 18 meses depois de atropelar e ferir manifestantes, motorista é beneficiado por sentença judicial que determina apenas pagamento de R\$ 1.045 em cestas básicas. Professora da UFRJ foi umas das vítimas

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufrrj.org.br

... **E** mais uma vez, a Justiça culpou a vítima. No dia 14 de junho de 2019, o fisioterapeuta André Luiz da Cunha Serejo atropelou um grupo de professores e estudantes que protestavam contra a Reforma da Previdência. Quatro sofreram lesões corporais. Marinalva Oliveira, 56 anos, docente da Faculdade de Educação da UFRJ, caiu no asfalto, bateu a cabeça e conheceu uma dor que a acompanha até hoje. Marinalva teve um inchaço na parte posterior da cabeça, foi hospitalizada, fez uma série de exames e ficou sob observação por 24 horas. “Não é só a dor física. É a dor de ser vítima do ódio”, resume Marinalva, ex-presidente do Andes que acumula três décadas de militância nos movimentos sociais.

Sindicalista e militante dos direitos das pessoas com deficiência, está convencida de que o motorista estava impregnado de raiva quando aproximou o Fox vermelho, placa LSB 1696 contra os manifestantes “As imagens mostram isso. Provam isso”, completa. As imagens, no entanto, não convenceram as autoridades. Nem o laudo pericial, demonstrando as lesões das vítimas, com fotos, vídeos e o depoimento das testemunhas. A promotora e a juíza resumiram o caso – e a pena – a um crime de trânsito. “Nunca vi nada igual”.

Já recorri e espero que o resultado saia nos próximos dias”, lamentou Vitor Terra de Carvalho, advogado de Marinalva e de mais três vítimas do atropelamento. Se o recurso do advogado for recusado, prevalecerá a sentença da juíza Fernanda Magalhães Freitas Patuzzo. Em 16 linhas, ela resumiu a pena do atropelador a R\$ 1.045 em cestas básicas.

Assim que ele pagar, o processo será extinto. “A transação penal consistente no pagamento de 1 (um) salário mínimo federal a ser convertido em cestas básicas. Esclareceu-se, ainda, ao autor do fato que a extinção do presente processo fica condicionada ao cumprimento desta. O autor do fato aceitou a proposta.” Naquela manhã, em Niterói, na esquina da rua Marquês do Paraná com Princesa Isabel, André Luiz da Cunha Serejo aproximou o carro dos manifestantes, e ao contrário dos outros veículos que estavam na área, não desviou de rota.

Acelerou o carro, em direção aos pro-

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1ª Promotoria de Inquérito Penal Territorial do Niterói (Niterói)

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Niterói (RJ).

Trata-se de procedimento investigatório instaurado para apurar a prática da infração penal descrita no tipo do artigo 303 §1º c/c 302 §1º, inciso III, da Lei nº 9.503/97.

As investigações lograram demonstrar a existência de crime em tese.

Consta nos autos que no dia 14 de junho de 2019, por volta de 6h10min, o investigado André Luiz da Cunha Serejo, na direção do veículo Volkswagen Fox, placa LSB 1696, sem a devida atenção para o fluxo de pedestres a sua frente, que estavam fazendo uma manifestação no local, imprimiu velocidade com o seu veículo, causando em Kate Lane Costa de Paiva, Miguel Tanapolsky, Marinalva Silva Oliveira e Bruno Henrique de Souza Nunes, as lesões corporais descritas nos Laudos de Exames de Corpo de Delitos de fls. 39/40, 42/42, 43/44 e 54/55.

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Niterói
Cartório da 2ª Vara Criminal - 2ª Vara Criminal
Coronel Gomes Machado, s/n CEP: 20020-069 - Centro - Niterói - RJ Tel: 2716-4500 e-mail: nti02vcr@trj.jus.br

Processo Eletrônico

Processo: 0028289-34.2020.8.19.0002 Distribuído em: 18/09/2020
Classe/Assunto: Inquérito Policial - Praticar Lesão Corporal Culposa na Direção de Veículo Automotor (Art. 303 - Lei 9.503/97)
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Indiciado: ANDRÉ LUIZ DA CUNHA SEREJO
Inquérito: 076-3357/2019 14/06/2019 76ª Delegacia Policial
Audiência: Preliminar
Data da Audiência: 05/11/2020

ASSENTADA

Ap quinto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, na Sala de Audiências deste Juízo, onde se encontrava a Dra. FERNANDA MAGALHÃES FREITAS PATUZZO, presente a Insigne Representante do Ministério Público.

Aberta a Audiência às 16h04min, determinou a MM Dra. Juíza que fosse feito pregão, ao qual estavam presentes o autor do fato e a vítimas, acompanhados de seus respectivos patronos. Proposta a composição civil, pelas vítimas que não possuem interesse.

Pelo Ministério Público foi proposta a TRANSAÇÃO PENAL consistente no pagamento de 1 (um) salário mínimo federal a ser convertido em cestas básicas, em favor de uma instituição a ser indicada pela CPIMA, para onde deverá ser encaminhada o autor do fato. Esclareceu-se, ainda, ao autor do fato que a extinção do presente processo fica condicionada ao cumprimento desta. O autor do fato aceitou a proposta do Ministério Público.

Pela Dra. Juíza foi proferida a seguinte decisão: HOMOLOGO A TRANSAÇÃO PENAL presente para acolher a proposta ministerial, aplicando a pena restritiva de direito acima constante nos termos do artigo 76, parágrafo 4º da Lei nº 9.099/95. Cientes os presentes. Oficie-se para o seu encaminhamento. Nada mais havendo, foi encerrado o presente e lavrado o termo, que vai devidamente assinado por todos. Eu, Larissa dos S. Bon Caetano, o digitei, e eu, _____, Escrivão, o subscrevo

Fernanda Magalhães Freitas Patuzzo
Juiz Titular



PROFESSORA MARINALVA OLIVEIRA

■ Após um ano e meio, o MP configura o ato como crime de trânsito. Estou indignada, estávamos na rua em defesa do direito à vida com dignidade, com Previdência e Educação públicas asseguradas e quase pagamos com nossas vidas. O MP, que deveria defender a população, qualifica o CRIME como acidente de trânsito. Não podemos aceitar que um crime que foi cometido contra quem luta por direitos, quem luta em defesa da vida digna, seja qualificado como acidente leve de trânsito. Isso é legitimar com o aval do Judiciário o crime de ódio e violência que tem tomado nossa sociedade nos últimos anos. Relembrar aquele dia, 14 de junho, é trazer à tona um enorme mal-estar (morte), porém o mal-estar maior é entender que esse ódio fascista é impulsionado por governos genocidas, como o de Bolsonaro, que incita o ódio e a violência contra qualquer pessoa que manifeste divergência com suas políticas.

fessores e alunos que carregavam faixas e bandeiras. Houve confusão. Andre Serejo não parou. Em seu depoimento na delegacia, André alegou legítima defesa e relatou que “o carro deu um solavanco”, e que ele “não sabia dizer se tirou o pé da embreagem com o carro engrenado ou se tirou o pé do freio”. Na transcrição de seu depoimento, página 17 do inquérito policial, o fisioterapeuta de 47 anos reconhece que pisou no acelerador. Disse que entrou em pânico e que “precisava sair do local para não ser linchado e acelerou o veículo sem perceber que as pessoas estavam na frente”.

As imagens, os depoimentos do atropelador, das vítimas e das testemunhas formam um conjunto tão farto de provas que a autoridade policial, inspetor de polícia Leandro Caputo Lancelotti, encerra o relatório do inquérito com a seguinte conclusão: “Diante do exposto, e dos elementos coligidos nos autos entendo que o Andre Luiz Cunha Serejo assumiu o risco (Dolo Eventual) de vir a morte das vítimas, as quais foram severamente lesionadas, incidindo, assim nas condutas do Artigo 121 do Código Penal Brasileiro”.

“A questão é que o olhar técnico não prevaleceu”, lamenta o advogado da AdUFRJ. “O Ministério Público contrariou a primeira conclusão policial e, ao invés de denunciar tentativa de homicídio doloso, caracterizou o caso como crime de trânsito, acompanhando o que depois entendeu o delegado, e a juíza concordou e propôs um acordo. Nós não aceitamos o acordo”. Serejo, claro, aceitou e assinou o documento no dia 6 de novembro. “Pra mim, foi como ser atropelada de novo. Foi a sensação da impunidade e de vivermos num regime de ódio e de mentira”, lamentou a professora da Faculdade de Educação, dona de preciosa qualidade. É respeitada por quem concorda e por quem discorda dela. “Não sei fazer política com ódio”.

